**Proposta de roteiro para aula de campo na área da Pequena África**

A aula de campo será dividida em 15 pontos de parada para serem feitas explicações e comentários tanto do professor quanto dos estudantes sobre a área da Pequena África na cidade do Rio de Janeiro, procurando compreender a região como um centro de criação da cultura negra carioca, destacando variadas manifestações artísticas, por exemplo, o samba, a capoeira. Além disso, é importante explicitar a relevância do local como um lugar de grande resistência e de mobilização política das populações negras escravizadas e libertas tanto no passado quanto no presente. Para organizar melhor a aula, foi proposto um roteiro do percurso a ser percorrido:

* O ponto de partida será o Museu de Arte do Rio (MAR), que foi inaugurado em 2013 na Praça Mauá. Ele é constituído por dois edifícios de diferentes estilos que foram unidos por uma cobertura de concreto que se divide em duas partes: o Palacete Dom João VI de 1916, tombado e eclético, e o espaço da Escola do Olhar de estilo modernista dos anos 40 que era originalmente um terminal rodoviário. O antigo Palacete abriga as salas de exposição do museu, e o prédio vizinho (o espaço da Escola do Olhar) é atualmente um ambiente para produção e provocação de experiências, coletivas e pessoais, com objetivo principal na formação de educadores da rede pública de ensino.
* A próxima parada será no Mercado de escravizados da Prainha atual Largo de São Francisco da Prainha ou apenas Largo da Prainha. Era provavelmente nesse local que se situava o barracão pintado pelo artista alemão Johann Moritz Rugendas (mostrar aos alunos e alunas a imagem do quadro) na década de 1820, já que a torre ao fundo é identificada como a da Igreja da Venerável Ordem Terceiro de São Francisco da Penitência, que ainda se pode avistar do local. Seria interessante traçar algumas observações e questionamentos acerca da pintura, por exemplo, o modo como o artista nos permite perceber o quanto os recém-chegados africanos se esforçavam para não perder a humanidade. Ademais, a maneira como Rugendas retratou os escravizados africanos com uma intenção de demonstrar as relações as quais estabeleciam entre si, no preparo da comida, na organização das esteiras para se deitarem e nos desenhos nas paredes. Podemos chamar atenção também para uma mulher na entrada do barracão com uma cesta de frutas e um homem negro com camisa e de chapéu à sua direita, ambos aparentemente não tão recém-chegados assim, demonstravam que mercados de escravizados como este eram bastante integrados à economia da cidade.
* Em seguida, visitaremos a famosíssima Pedra do Sal cujo território em torno é reivindicado pelos moradores do Quilombo da Pedra do Sal como local de moradia e de celebração. É importante sublinhar para os estudantes que a Pedra do Sal é um espaço sagrado, é um lugar de memória da religiosidade negra e de celebração do patrimônio cultural imaterial trazidos pelos seus antepassados escravizados e africanos para o Rio de Janeiro. Nesse sentido, o quilombo representa a manutenção e o revigoramento de uma memória afro-brasileira na área, marcada pelo samba, pelo candomblé e pelo trabalho negro no porto. Ameaçados de expulsão da área, no início dos anos 2000, os moradores do quilombo tornaram-se os legítimos herdeiros deste patrimônio cultural, material e imaterial e reivindicam hoje a titulação do território. Em seu apoio, constam o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que garante a terra às comunidades quilombolas, o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e a proteção de bens culturais de natureza imaterial de grupos que formaram o patrimônio cultural brasileiro, e a Lei ordinária municipal 5781 de 22 de julho de 2014, regulamentada pela lei complementar 149 de 15 de dezembro de 1014, que criou a área especial de interesse cultural do quilombo Pedra do Sal (AEIC) na cidade do Rio de Janeiro. Em dias atuais, a Pedra do Sal tornou-se um lugar de manifestações culturais da cultura africana no Rio. Dessarte, seu samba prevalece, todavia acompanhado de novos estilos musicais como o funk, e desta maneira são promovidas semanalmente às sextas-feiras um dos pontos mais movimentados para curtir a noite fluminense e a política também é um item que permanece adquirindo visibilidade. Antigamente, se pleiteava a Revolta da Chibata, hoje a política do espaço se faz através da arte, a mesma produz homenagens honrosas à Marielle Franco e Zumbi dos Palmares, estes que se tornaram símbolos de negritude e resistência para a comunidade. Sendo um exemplo da interferência humana em sua construção, ao longo dos anos, a Pedra do Sal se mostra um lugar de socialização e persistência outrora marginalizado, hoje lhe é atribuída outra ressignificação.
* Posteriormente, seguiremos para o Largo João da Baiana, antigo Largo da Pedra. Segundo Jota EFegê, o grande memorialista da história da Música Popular Brasileira, a Pedra do Sal era “o antigo quartel general do samba”. Seria interessante citar aos discentes os nomes de Donga, Heitor dos Prazeres, Getúlio Marinho e João da Baiana, pois eles foram as principais personalidades envolvidas na construção e difusão do samba nas décadas de 1910 e 1920 como um gênero musical comercial na indústria fonográfica e nas rádios.
* Chegaremos então ao ponto talvez mais importante da aula, que é o Cais do Valongo. Podemos considerá-lo como epicentro do roteiro da Pequena África porque trata-se do principal porto de chegada de escravizados das Américas. Realizar uma breve pausa no local a fim de fazer com que seja possível para os estudantes perceberem a dimensão do horror do tráfico de escravizados para o Brasil. Nesse ponto em específico da aula, é importante abordar essa questão do tráfico de escravizados pois trata-se de uma temática de memória sensível e é preciso mostrar aos alunos a dimensão traumática de tal evento que até hoje, depois de mais de 130 anos da abolição, deixa profundas marcas na estruturação da nossa sociedade. Segundo o portal Passados Presentes Memória da Escravidão no Brasil, o Cais do Valongo é a própria expressão do horror do tráfico de escravos, o Holocausto brasileiro: estima-se que mais de um milhão de pessoas desembarcaram aqui. Os que não resistiram e faleceram ao chegar foram enterrados no Cemitério dos Pretos Novos; os demais eram levados para serem vendidos nos vários mercados da região. Em 1774, o vice-Rei Marquês do Lavradio determinou que o comércio de africanos escravizados passasse a ficar “fora dos limites da cidade” do Rio de Janeiro, até então realizado em torno da atual Praça Quinze. O novo local escolhido para esse comércio foi o Valongo, entre a Pedra do Sal e a Gamboa. A partir de 1831, a entrada de africanos escravizados no país tornou-se ilegal (a proibição definitiva ocorreu em 1850). Com isso, os traficantes, insistindo em manter o “infame comércio”, tiveram que buscar maior discrição na realização do negócio. Procuraram locais considerados mais seguros para o desembarque, em geral em praias isoladas, mais próximas das fazendas de café, que serviram como portos clandestinos, como a Rasa, em Búzios, a Marambaia, em Mangaratiba, e a do Bracuí, em Angra dos Reis. Em 1843, o Cais do Valongo foi aterrado e remodelado para receber a princesa Teresa Cristina Maria de Bourbon, noiva do então futuro imperador D. Pedro II, e passou a se chamar Cais da Imperatriz. A reforma ficou a cargo do famoso paisagista Grandjean de Montigny, que teria projetado uma fonte em forma de coluna encimada por uma esfera armilar e estátuas de mármore representando divindades da Antiguidade. Com as reformas urbanas de Pereira Passos, no início do século 20, o cais foi mais uma vez aterrado e transformado. As representações de divindades romanas foram levadas para a decoração do Jardim Suspenso. O Cais do Valongo foi redescoberto em 2011, durante as reformas da região portuária da cidade do Rio de Janeiro e é considerado Patrimônio da humanidade pela UNESCO. O Cais é um dos indícios arqueológicos da escravidão na capital, além de ser o único sítio histórico e arqueológico do país reconhecido como lugar de memória do tráfico atlântico de africanos escravizados e da resistência cultural e política da população negra à violência e à exclusão provocadas pela escravidão, e pelo racismo que ainda existe no Brasil.
* Mais adiante, teremos a Docas André Rebouças que era onde ficava a entrada principal do Armazém Docas Pedro II, uma das principais obras do engenheiro e abolicionista negro André Rebouças (1838-1898). Construídas entre 1871 e 1876 como estação marítima da Estrada de Ferro Dom Pedro II para incrementar a exportação de café, consta que nenhum escravo trabalhou no projeto, coisa rara à época. Comentar com os alunos sobre André Rebouças pontuando que ele foi o primeiro engenheiro negro formado no país e junto com seu irmão Antonio Pereira Rebouças Filho (1839-1874), concebeu o projeto ao visitar em 1862 as docas de Londres. Seu objetivo era construir um porto com “construções, mecanismos e aparelhos tais que as mercadorias possam chegar em vagões, arrastados pelas locomotivas até os cais de embarque; que ali sejam elas recebidas por fortes guindastes que as vão depositar imediatamente no convés dos navios, que as devem conduzir aos países mais longínquos”. Durante as obras de escavação do Porto do Rio, em 2012, foi encontrada a pedra fundamental da construção das docas, datada de 15 de setembro de 1871, com um exemplar do Diário Oficial em seu interior. Desde o ano de 2000, o espaço é ocupado como sede do Comitê Ação da Cidadania com oficinas, seminários e eventos com temática social e cultural. Dialogar com os estudantes que as Docas têm um papel simbólico fundamental na região porque foram obra de um engenheiro negro, um dos mais importantes militantes abolicionistas do Brasil, nascido em uma família de artistas e intelectuais negros, ou seja, elas são a própria expressão da superação dos negros da escravização e da exclusão que lhes foi imposta no Brasil.
* Em seguida, chegaremos a Casa de Machado de Assis, nascido em 21 de junho de 1839 e é provável que tenha morado nesta residência até os seis anos de idade. A casa fazia parte do terreno da Chácara do Livramento, que pertencia ao senador Bento Barroso Pereira. Muito pobres, os pais de Machado de Assis moravam de favor em um quarto de serviço da propriedade. Explicar para os alunos quem foi Joaquim Maria Machado de Assis dizendo que foi jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo. Foi casado por 35 anos com Carolina Augusta Xavier de Novais (1835-1904). Fundou a cadeira nº. 23 da ABL e ocupou por mais de dez anos a presidência da Academia, que passou a ser chamada também de Casa de Machado de Assis. Nesse ponto, seria interessante ler para os alunos um trecho do conto "Casa Velha" que muitos estudiosos apontam que Machado fez uma espécie de descrição da sua casa e da capela da Chácara do Livramento: "A casa, cujo lugar e direção não é preciso dizer, tinha entre o povo o nome de Casa Velha, e era-o realmente: datava do fim do outro século. Era uma edificação sólida e vasta, gosto severo, nua de adornos. Eu, desde criança, conhecia-lhe a parte exterior, a grande varanda da frente, os dois portões enormes, um especial às pessoas de família e às visitas, e outro destinado ao serviço, às cargas que iam e vinham, às seges, ao gado que saía a pastar". Machado, que nunca saiu da província do Rio de Janeiro, escolheu a cidade como pano de fundo para seus romances. Machado de Assis evitava definir a si próprio como descendente de africanos. No entanto, com a ironia que marcava sua escrita, foi ácido crítico da escravidão e das relações sociais marcadas pela hierarquia escravista. Faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de setembro de 1908.
* Depois, teremos o Mercado de Escravizados do Valongo que no início do século 19, a Rua do Valongo, atual Rua Camerino, passou a ser um dos locais mais frequentados da cidade. Pois estavam localizadas as principais casas de comércio de mercadoria humana do Rio de Janeiro. O movimento era tanto que toda a região hoje conhecida como Saúde na época era conhecida como “Valongo”. Pela comprida e sinuosa Rua do Valongo, que ligava o litoral ao centro da cidade, passavam os africanos recém-chegados, que eram acomodados em barracões ou galpões onde podiam caber até 400 pessoas. Segundo o historiador Cláudio Honorato, os prédios eram, na grande maioria, sobrados com dois andares. No andar de cima residiam o proprietário e sua família. Os africanos eram acomodados no andar de baixo, onde eram colocados à venda. Em 1817, havia 34 grandes estabelecimentos comerciais no Valongo. Vários viajantes estrangeiros deixaram registradas suas impressões sobre a região, em geral denunciando os horrores do tráfico de africanos. A insalubridade do local era uma referência constante. Só para se ter uma ideia, consta que em 1827, só entre março e maio, desembarcaram 5187 africanos no Valongo.
* Posteriormente, teremos a Casa do Africano Mina. É relevante mostrar aos alunos que nem só de mercado de escravizados era feita a Rua do Valongo. Pois, muitos africanos livres e libertos também buscavam esta região como local de moradia e trabalho, onde eram recebidos pela comunidade de africanos que aqui já se estabelecia desde o início do século 19. Em casas como as que ainda podem ser vistas nesta rua, moravam africanos como o “Preto da Rua do Valongo, a quem muitos outros rendem o maior respeito, e que ali vão iniciar-se em princípios religiosos” (ofício do Ministério da Justiça ao Chefe de Polícia da cidade do Rio de Janeiro, 17 de março de 1835). Especialmente após a Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador em janeiro de 1835, muitos africanos foram perseguidos pelas autoridades, que associavam a sua presença, principalmente as lideranças religiosas, às rebeliões que aconteciam em vários lugares do Império. O Africano Mina, “o Preto da Rua do Valongo” era um deles. Como havia uma desconfiança de que estava sendo organizada uma “insurreição de negros” nas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, o ministério da Justiça solicitou ao chefe de Polícia da cidade do Rio de Janeiro que investigasse os africanos minas da região. Embora já não haja nenhum vestígio material de sua presença, o legado religioso e político de indivíduos como este Africano Mina é fundamental para a memória dos descendentes de africanos que vivem na região
* Ademais, passaremos pela Associação Chora na Macumba. Importante destacar para os estudantes que a Rua Barão de São Félix, aberta no início do século 20, era uma das mais representativas da vida social, política e religiosa da população negra do Porto: associações de trabalhadores, sociedades dançantes e carnavalescas, cortiços, casas de santo e “de dar fortuna” dividiam espaços bem próximos. Logo no primeiro quarteirão, do lado direito, no antigo número 10, funcionava a associação carnavalesca Chora na Macumba.
* Visualizaremos também o Cortiço-Casa do Maranhão. Os cortiços eram um tipo de habitação popular muito comum na região da Pequena África, especialmente nas imediações das ruas Barão de São Félix e Senador Pompeu, entre o final do século 19 e início do 20. No número 34 da Rua Senador Pompeu, pode ser observado um típico representante das habitações populares da época, quando a população crescia e as casas maiores eram repartidas em quartos para aluguel mais barato. Ao lado do cortiço, situa-se hoje a Casa do Maranhão, onde são organizadas diversas atividades culturais ligadas à colônia maranhense do Rio de Janeiro, como festas do Divino e oficinas de bumba meu boi.
* Além disso, passaremos pela Sociedade Resistência onde funcionou a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche de Café que era uma importante associação de trabalhadores do porto fundada após a greve de 1905 com apoio de outra destacada associação, a União Operária dos Estivadores, situada no Largo dos Estivadores. Posteriormente, com as mudanças na legislação trabalhista, o Resistência, como é mais conhecido, passou a chamar-se Sindicato dos Arrumadores do Município do Rio de Janeiro. Hoje sua sede está localizada em São João do Meriti. A documentação guardada pelo Resistência, ao longo do século 20, foi fundamental para os trabalhos de historiadores que buscaram entender a participação dos negros nas organizações sindicais e nos movimentos de afirmação dos trabalhadores no Rio de Janeiro, em diversas greves do início do século e nos conflitos com imigrantes estrangeiros e com patrões. Demonstrar brevemente aos alunos que esses trabalhos mostraram que a luta política dos trabalhadores estava também articulada à sociabilidade cultural e religiosa, já que eles frequentavam as mesmas sociedades carnavalescas, como o Rancho Recreio das Flores, e casas de candomblé e macumba existentes na região.
* Parada com os discentes no local das Barricadas da Revolta da Vacina. A Praça da Harmonia foi um dos locais de maior resistência popular durante a Revolta da Vacina, ocorrida em novembro de 1904. Com o intuito de combater a febre amarela e outras doenças que então assolavam a cidade do Rio de Janeiro, durante o governo do prefeito Pereira Passos (1902-1906), o médico e sanitarista Oswaldo Cruz liderou a implementação de uma série de medidas higiênicas impopulares, como a vistoria e as demolições de residências e a obrigatoriedade da vacina para toda a população. Em função das diversas medidas arbitrárias das autoridades, das críticas realizadas pelos opositores do governo e das tradições religiosas afro-brasileiras na região, as reações contra a vacina obrigatória disseminaram-se por toda a cidade do Rio de Janeiro. Especialmente na região da Pequena África, onde os descendentes de africanos apostavam em seus próprios saberes tradicionais para curar doenças, a população destruiu e danificou bondes, linhas telefônicas e elétricas e outros serviços públicos. Jornalistas, políticos, militares e associações de trabalhadores também protestaram de diferentes formas. O último foco de resistência dos revoltosos foram as chamadas barricadas da Saúde, na Praça da Harmonia, formadas por trabalhadores do Porto, grande parte deles negros, que se destacaram pela combatividade às forças de segurança por vários dias. Um dos líderes das ações nas barricadas da Saúde teria sido o poderoso capoeirista Prata Preta, Horácio José da Silva.
* Mais adiante,chegaremos a um outro ponto de parada com os alunos que será o Cemitério dos Pretos Novos. Tal local era onde muitos dos africanos recém-chegados, os chamados pretos novos, não conseguiam resistir aos sofrimentos e às doenças contraídas durante a viagem da África para o Rio de Janeiro. Estes tinham como destino final uma vala comum, onde eram depositados e incinerados seus corpos. Aqui seria importante traçar um momento de reflexão com os alunos sobre a temática, ressaltando novamente que se trata de uma memória sensível. O número de mortos era tão grande – só entre 1824 e 1830, 5868 falecimentos de pretos novos foram registrados pela Cúria Metropolitana – que nesta área, onde hoje localiza-se o Cemitério dos Pretos Novos, chegava a ocupar todo um quarteirão. Antes de o comércio de escravos ser deslocado da atual Praça XV para o Valongo, os pretos novos eram enterrados ao lado da Igreja de Santa Rita. Com a transferência do porto de chegada para a região da Pequena África, o cemitério também foi transferido para o Caminho da Gamboa, que depois veio a ser chamado, não por acaso, de Rua do Cemitério, e finalmente Rua Pedro Ernesto, onde estamos agora. Estima-se que entre 20 e 30 mil pessoas tenham sido enterradas aqui. A presença do Cemitério dos Pretos Novos gerava críticas entre os habitantes da região, que reclamavam do mau cheiro e da disseminação de doenças pela cidade. Ainda na década de 1820, as pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro podem ter auxiliado os argumentos daqueles que defendiam a decisão de enterrar os pretos novos em outro local. Em 1830, o Cemitério dos Pretos Novos foi fechado. No ano seguinte, o tráfico de escravos foi proibido no Brasil, e o comércio negreiro realizado no Valongo foi declarado ilegal. Em 1996, vestígios arqueológicos do antigo Cemitério dos Pretos Novos foram descobertos no subsolo da residência da família Guimarães, na Rua Pedro Ernesto, 36. As investigações ali realizadas comprovaram a prática de incineração coletiva dos corpos e a presença de uma população predominantemente jovem, originária da África central. Para tais povos, o lugar de descanso dos mortos é sagrado. Neste local, foi fundado o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), em 13 de maio de 2005. Desde sua criação, o IPN tem por missão divulgar a história do cemitério e dos que ali foram enterrados.
* Por fim, seria interessante levar os estudantes para visitarem o Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB) que se localiza na Rua Pedro Ernesto, 80, no bairro da Gamboa. Tal museu tem um papel fundamental no resgate, preservação e revitalização da memória afro-brasileira. É caracterizado como um museu de território, ou seja, não tem tradicionalmente coleções dentro dele e sim os lugares de memória do território do museu é que contam essa história em cada desses espaços. Para finalizar, é importante conversar com os estudantes sobre como a cidade do Rio de Janeiro foi a maior localidade de desembarque de africanos escravizados no mundo. Essa era a maior cidade afro-atlântica no início do século XIX quando funcionava aqui o Cais do Valongo. Nesse sentido, as nossas heranças africanas que pertencem a todos os brasileiros e que estão ligadas em uma conexão mundial ao continente africano, europeu e ao restante das Américas negras, demonstram o quão importante é que um monumento como esse seja reconhecido mundialmente como patrimônio que diz respeito à história da humanidade. E é uma história de sofrimento, dor, mas também é uma história de superação, criação, invenção e de inventividade (referência aqui a fala da historiadora Monica Lima da UFRJ em entrevista ao portal de notícias Multirio).